

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE CLIENTES

Adviser Platform Lda

Última atualização: 27/05/2026

Versão: 1.0

### 1. O nosso compromisso

A Adviser Platform Lda, doravante “APL” ou “Adviser Platform”, reconhece a importância da privacidade e da proteção dos dados pessoais dos seus clientes, potenciais clientes, antigos clientes, pessoas seguras, beneficiários, representantes, contactos profissionais e demais titulares de dados.

A APL compromete-se a tratar os dados pessoais de forma lícita, leal, transparente e segura, em conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a legislação nacional aplicável e demais normas relevantes.

Esta Política de Privacidade complementa outros documentos contratuais, pré-contratuais, regulamentares ou informativos que possam ser disponibilizados pela APL aos seus clientes ou parceiros profissionais.

### 2. Identificação do responsável pelo tratamento

A entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais, nos casos em que determine as finalidades e os meios de tratamento, é:

Adviser Platform Lda

NIPC: 502059176

Sede: Avenida Mendes Silva 15, 3030-193 Coimbra, Portugal

Email: [enquiries@adviserplatform.com](mailto:enquiries@adviserplatform.com)

Telefone: +351 308 80 33 43

A APL é uma sociedade portuguesa de mediação de seguros, regulada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o número de registo 607124296.

Em determinadas situações, a APL poderá atuar como subcontratante, tratando dados pessoais por conta de outra entidade responsável pelo tratamento, nomeadamente empresas de seguros, empresas de resseguros ou outras entidades com as quais exista uma relação contratual ou operacional. Nesses casos, o tratamento será efetuado de acordo com as instruções da entidade responsável pelo tratamento.

### 3. Conceitos essenciais

Para efeitos desta Política:

“Dados pessoais” são quaisquer informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável. Uma pessoa é identificável quando possa ser identificada, direta ou indiretamente, nomeadamente por referência a um nome, número de identificação, dados de localização, identificadores eletrónicos ou elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social.

“Titular dos dados” é a pessoa singular a quem os dados pessoais dizem respeito.

“Tratamento” inclui qualquer operação efetuada sobre dados pessoais, como recolha, registo, organização, conservação, consulta, utilização, transmissão, apagamento ou destruição.

### 4. Titulares dos dados pessoais tratados

A APL poderá tratar dados pessoais relativos, entre outros, a:

Clientes, antigos clientes e potenciais clientes;  
Tomadores de seguros, pessoas seguras, beneficiários e lesados;  
Representantes legais, procuradores, familiares ou contactos indicados pelos clientes;  
Pessoas relacionadas com sinistros ou participações;  
Contactos profissionais, consultores, intermediários, introdutores, parceiros e representantes de entidades com quem a APL mantenha relações comerciais ou operacionais;  
Pessoas que contactem a APL através do website, email, telefone, correio ou outros canais.

### 5. Categorias de dados pessoais tratados

A APL trata apenas os dados pessoais necessários para as finalidades aplicáveis. Dependendo da relação existente e dos serviços prestados, podem ser tratados os seguintes dados:

Dados de identificação e contacto: nome, morada, data de nascimento, local de nascimento, nacionalidade, número de identificação, número fiscal, género, estado civil, profissão, telefone, email e outros dados de contacto.

Dados contratuais e pré-contratuais: pedidos de informação, propostas, cotações, formulários, apólices, documentos de adesão, correspondência, histórico de relação comercial e documentação relacionada com produtos ou serviços.

Dados relativos a seguros: dados do tomador, pessoa segura, beneficiários, prémios, coberturas, objetos seguros, histórico de apólices, dados de pagamento, IBAN/NIB, dados bancários necessários à cobrança ou pagamento, e demais informação necessária à gestão de contratos de seguro.

Avenida Mendes Silva 15, 3030-193 Coimbra, Portugal

[www.adviserplatform.com](http://www.adviserplatform.com)

[enquires@adviserplatform.com](mailto:enquires@adviserplatform.com)

Adviser Platform, LDA was incorporated in Portugal in 1988 | NIPC: 502059176 | Social Capital: €50,000

Regulated by the Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), registration number 607124296.

Dados relativos a sinistros: participações, relatórios, documentos médicos quando aplicável, certidões, comprovativos, informação de lesados, beneficiários, testemunhas, circunstâncias do evento e documentação necessária à regularização de sinistros.

Dados de saúde e outros dados de categoria especial: quando estritamente necessário e nos termos permitidos pela lei, a APL poderá tratar dados de saúde, dados clínicos, informação sobre hábitos de vida ou outra informação sensível relacionada com seguros, subscrição, gestão contratual ou sinistros. Sempre que a APL atue como subcontratante, esse tratamento será efetuado por conta e de acordo com as instruções da entidade responsável pelo tratamento.

Dados de comunicação: emails, cartas, registos de contacto, notas de chamadas, registos de atendimento e, quando aplicável e legalmente permitido, gravações telefónicas.

Dados de cumprimento legal e regulamentar: dados necessários para cumprimento de obrigações fiscais, contabilísticas, regulatórias, prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, resposta a autoridades públicas, tribunais ou entidades supervisoras.

Dados técnicos e de website: dados técnicos limitados que possam resultar do acesso ao website, tais como endereço IP, data e hora de acesso, dados técnicos do navegador ou registos de servidor, quando necessários para segurança, funcionamento técnico ou cumprimento legal.

## 6. Finalidades do tratamento

A APL poderá tratar dados pessoais para as seguintes finalidades:

Prestação de serviços e execução contratual, incluindo análise de pedidos, preparação de propostas, cotações, gestão de contratos, acompanhamento de clientes, administração de apólices e comunicação com clientes ou representantes.

Diligências pré-contratuais, incluindo resposta a pedidos de informação, recolha de elementos necessários à apresentação de soluções ou propostas e avaliação de necessidades comunicadas pelo cliente ou por consultores profissionais.

Gestão de seguros e sinistros, incluindo tratamento de informação necessária à emissão, alteração, renovação, acompanhamento ou cessação de contratos de seguro, bem como à participação, análise e regularização de sinistros.

Cumprimento de obrigações legais e regulamentares, incluindo obrigações fiscais, contabilísticas, regulatórias, de arquivo, de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como resposta a pedidos de autoridades competentes.

Gestão de reclamações e litígios, incluindo receção, análise e resposta a reclamações, conservação de prova, defesa de direitos e acompanhamento de processos judiciais, administrativos ou regulatórios.

Comunicações administrativas e operacionais, incluindo envio de informação relacionada com serviços, contratos, documentação, alterações legais, regulamentares ou operacionais e outros contactos necessários à relação com a APL.

Marketing e comunicações comerciais, quando legalmente permitido, incluindo comunicações a clientes ou antigos clientes sobre serviços relacionados, ou comunicações baseadas em consentimento quando este seja exigido.

Melhoria da qualidade do serviço, segurança e gestão interna, incluindo análise de processos, formação, auditoria, controlo de qualidade, segurança da informação e melhoria dos canais de atendimento.

## 7. Fundamentos jurídicos do tratamento

A APL trata dados pessoais apenas quando exista fundamento jurídico adequado, nomeadamente:

Execução de contrato ou diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;

Cumprimento de obrigações legais ou regulamentares; Interesses legítimos da APL ou de terceiros, desde que não prevaleçam os direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados;

Consentimento do titular dos dados, quando exigido por lei;

Defesa de direitos em processo judicial, administrativo ou regulatório;

Tratamento necessário no contexto de seguros, sinistros ou obrigações legais, nos termos permitidos pela legislação aplicável.

## 8. Dados de categoria especial

A APL poderá tratar dados de saúde ou outros dados de categoria especial apenas quando tal seja necessário, proporcional e permitido por lei, nomeadamente no contexto de seguros, subscrição, gestão contratual, assistência, sinistros, cumprimento de obrigações legais ou instruções recebidas de uma entidade responsável pelo tratamento.

Quando o tratamento de dados de categoria especial dependa de consentimento explícito, a APL ou a entidade

responsável pelo tratamento solicitará esse consentimento nos termos legalmente exigidos.

## 9. Destinatários dos dados pessoais

A APL poderá comunicar ou permitir o acesso a dados pessoais às seguintes entidades, quando necessário e adequado:

Empresas de seguros e resseguros;  
Prestadores de serviços que apoiem a atividade da APL, incluindo serviços tecnológicos, administrativos, arquivo, comunicações, contabilidade, auditoria ou consultoria;  
Consultores profissionais, advogados, contabilistas, auditores, instituições financeiras ou outros prestadores envolvidos na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações legais;  
Autoridades públicas, fiscais, judiciais, policiais, administrativas ou regulatórias, incluindo a Autoridade Tributária, tribunais, ASF ou outras autoridades competentes;  
Entidades do grupo ou parceiros profissionais, quando necessário para gestão operacional, cumprimento contratual, legal ou regulamentar, e sempre nos termos legalmente permitidos.

A APL não venderá dados pessoais a terceiros.

## 10. Transferências internacionais de dados

Em determinadas situações, poderá ser necessário transferir dados pessoais para entidades localizadas fora do Espaço Económico Europeu.

Quando tal aconteça, a APL assegurará que a transferência é efetuada nos termos da legislação aplicável, nomeadamente com base numa decisão de adequação da Comissão Europeia, cláusulas contratuais-tipo, consentimento explícito quando aplicável, necessidade contratual ou outro mecanismo legalmente previsto.

O titular dos dados pode solicitar informação adicional sobre os mecanismos de transferência aplicáveis através dos contactos indicados nesta Política.

## 11. Prazos de conservação

A APL conserva os dados pessoais apenas durante o período necessário para cumprir as finalidades para que foram recolhidos, sem prejuízo dos períodos de conservação exigidos por lei, regulamento, contrato ou necessidade de defesa de direitos.

Em termos gerais, os dados poderão ser conservados durante os seguintes períodos:

Dados pré-contratuais e pedidos de informação: durante o período necessário para responder ao pedido e,

quando aplicável, pelo período necessário à prova da relação pré-contratual.

Dados contratuais e de gestão de apólices: durante a vigência da relação contratual e pelo período legal ou regulamentar aplicável após o seu termo.

Dados fiscais, contabilísticos e de cobrança: pelo período exigido pela legislação fiscal e contabilística aplicável, podendo em certos casos atingir 10 anos.

Dados relacionados com prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo: pelo período legalmente aplicável, que poderá incluir prazos específicos previstos na legislação relevante.

Dados de reclamações, sinistros e litígios: durante o período necessário à gestão da reclamação, sinistro ou litígio, e posteriormente pelo prazo necessário à defesa de direitos ou cumprimento de obrigações legais.

Dados de marketing: enquanto existir fundamento legal para o tratamento, até oposição do titular dos dados, retirada de consentimento quando aplicável, ou termo do prazo de conservação definido pela APL.

Gravações telefónicas, quando existam: pelo período informado ao titular dos dados ou pelo período legalmente aplicável.

## 12. Segurança dos dados pessoais

A APL adota medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra perda, destruição, alteração, divulgação não autorizada, acesso indevido ou qualquer outra forma de tratamento ilícito ou inadequado.

Estas medidas incluem, conforme aplicável, controlos de acesso, deveres de confidencialidade, proteção de sistemas, procedimentos internos, medidas de segurança informática e seleção de prestadores que ofereçam garantias adequadas de proteção de dados.

## 13. Decisões individuais automatizadas

A APL não toma decisões exclusivamente automatizadas, incluindo definição de perfis, que produzam efeitos jurídicos ou afetem significativamente os titulares dos dados de modo semelhante.

Se, no futuro, a APL vier a utilizar processos automatizados com esses efeitos, os titulares dos dados serão informados nos termos legalmente exigidos.

## 14. Direitos dos titulares dos dados

Nos termos da legislação aplicável, os titulares dos dados podem exercer os seguintes direitos:

Direito de acesso aos seus dados pessoais;  
Direito de retificação de dados inexatos ou incompletos;  
Direito ao apagamento dos dados, quando legalmente aplicável;  
Direito à limitação do tratamento;  
Direito de portabilidade dos dados, quando aplicável;  
Direito de oposição ao tratamento, incluindo oposição a marketing direto;  
Direito de retirar o consentimento, quando o tratamento se baseie em consentimento;  
Direito de não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, quando aplicável;  
Direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo competente.

O exercício destes direitos pode estar sujeito a limitações legais, nomeadamente quando a conservação ou tratamento dos dados seja necessária para cumprimento de obrigações legais, execução contratual, defesa de direitos ou interesse público relevante.

## 15. Como exercer os seus direitos

Os titulares dos dados podem exercer os seus direitos através dos seguintes contactos:

Email: [enquiries@adviserplatform.com](mailto:enquiries@adviserplatform.com)  
Carta: Adviser Platform Lda, Avenida Mendes Silva 15, 3030-193 Coimbra, Portugal  
Telefone: +351 308 80 33 43

A APL poderá solicitar informação adicional para confirmar a identidade do titular dos dados antes de responder ao pedido, de forma a proteger a confidencialidade e segurança dos dados pessoais.

A APL responderá aos pedidos no prazo legal aplicável.

## 16. Autoridade de controlo

Os titulares dos dados têm o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo competente em matéria de proteção de dados.

Em Portugal, a autoridade competente é a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Website: <https://www.cnpd.pt>

## 17. Recolha indireta de dados pessoais

Em determinadas situações, a APL poderá receber dados pessoais através de terceiros, mesmo quando o titular dos dados não tenha contacto direto inicial com a APL.

Isto poderá ocorrer, por exemplo, quando os dados sejam fornecidos por um familiar, representante, consultor profissional, empresa de seguros, tomador de seguro, entidade empregadora, beneficiário, parceiro

profissional ou outra entidade envolvida numa relação contratual, pré-contratual, de seguros ou de sinistro.

Sempre que legalmente exigido, a APL procurará informar o titular dos dados sobre o tratamento no prazo e nos termos previstos na legislação aplicável.

## 18. Websites, cookies e links externos

A utilização do website da APL pode estar sujeita a regras próprias sobre cookies e tecnologias semelhantes.

A informação sobre cookies encontra-se disponível em:

[Política de Cookies](#)

O website da APL pode conter ligações para websites de terceiros, incluindo autoridades reguladoras, serviços públicos ou outros recursos externos. A APL não controla esses websites e não é responsável pelas respetivas políticas de privacidade, conteúdos ou práticas de tratamento de dados.

## 19. Alterações a esta Política

A APL poderá atualizar esta Política de Privacidade sempre que necessário, nomeadamente para refletir alterações legais, regulamentares, operacionais ou técnicas.

A versão atualizada será disponibilizada no website da Adviser Platform ou por outro meio adequado.

## 20. Informação adicional

Para questões relacionadas com esta Política de Privacidade ou com o tratamento de dados pessoais pela APL, contacte:

Adviser Platform Lda  
Avenida Mendes Silva 15  
3030-193 Coimbra  
Portugal  
Email: [enquiries@adviserplatform.com](mailto:enquiries@adviserplatform.com)  
Telefone: +351 308 80 33 43